

## Mais um capítulo na sonegação de recursos às universidades

Onde se começa a ter alguma ideia de tudo que o governo estadual deixou de repassar a USP, Unesp e Unicamp de 2008 a 2013

Conforme noticiado no *Informativo Adusp* 379, as universidades estaduais paulistas deixaram de receber do governo do Estado, só em 2013, R\$ 540,41 milhões, devido a manobras contábeis. A Tabela I, ao lado, indica os valores nominais deixados de receber entre 2008 e 2013. Cabe lembrar que além dos descontos indevidos dos montantes destinados à Habitação e ao programa Nota Fiscal Paulista (NFP), as alíneas de execução orçamentária desconsideradas pelo governo no cômputo dos 9,57% devidos à USP, Unesp e Unicamp são as seguintes (ver nos parêntesis sua identificação formal):

1. Multas e juros de mora do ICMS (1911);
2. Multas e juros da dívida ativa do ICMS (1913);
3. Multas por infração do regulamento do ICMS (1919 50);
4. Receita da dívida ativa do ICMS (1931 15);
5. Outras receitas, provenientes de acréscimo financeiro sobre ICMS não inscrito, referentes aos programas de parcelamento incentivado (PPI) e de parcelamento especial (PPE) (1990 99).

Devido à inflação, não é adequado simplesmente somar os totais não repassados às universidades entre 2008 e 2013; mas, apenas para se ter uma ideia, o valor nominal devido pelo governo do Estado a estas instituições no período é R\$ 1,776 bilhões!

Contudo, utilizando-se o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas é possível obter uma melhor estimativa do total atualizado para 2013, em R\$ milhões (ver Tabela II).

Ou seja, uma estimativa que leve em conta apenas a evolução inflacionária média do período

**Tabela I - Valores não repassados às universidades estaduais paulistas – 2008-2013 (em R\$ milhões)**

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Habitação	568,12	322,04	662,10	741,19	1.083,00	1.053,00
NFP	203,80	804,00	971,00	1.142,00	1.313,00	1.302,00
1911	555,24	425,40	534,26	667,32	545,00	2.846,70
1913	59,05	82,67	132,82	240,45	32,55	116,50
1919 50	39,61	83,40	128,83	186,66	7,85	68,20
1931 15	34,95	32,85	42,12	57,65	79,56	31,70
1990 99	129,73	167,54	236,66	303,90	296,03	228,80
<b>Total</b>	<b>1.590,50</b>	<b>1.917,90</b>	<b>2.707,79</b>	<b>3.339,17</b>	<b>3.356,99</b>	<b>5.646,90</b>
<b>valor não repassado às universidades</b>	<b>152,21</b>	<b>183,54</b>	<b>259,14</b>	<b>319,56</b>	<b>321,26</b>	<b>540,41</b>

Fontes: Secretaria de Estado da Fazenda e planilhas Cruesp

em questão indica que entre 2008 e 2013 o governo deixou de repassar às universidades estaduais paulistas o montante de R\$ 2 bilhões!

Esta questão é central na nossa luta, tanto com o governo do Estado, quanto com o Cruesp, que vem se submetendo a esta prática política. Assim, será necessário intervir com energia no debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, para reverter a sonegação de recursos para a educação superior pública paulista.

### Ataque ao ensino, pesquisa e extensão?

Imediatamente, ocorre-nos indagar: será que o análogo não estaria acontecendo com a Fapesp? É bom lembrar que, fruto da nossa luta, a Constituição Paulista de 1989 destina 1% da receita de impostos do Estado de São Paulo a esta fundação pública. O governo está fazendo a conta direito? Es-

**Tabela II - Estimativas do que não foi repassado às universidades paulistas - 2008-2013 (em R\$ milhões)**

Período	IGP-DI (%)	Valor nominal	Valor atualizado
Dez/13 a dez/13	-	540,41	540,41
Dez/12 a dez/13	5,53	321,26	339,03
Dez/11 a dez/13	14,09	319,56	364,59
Dez/10 a dez/13	19,81	259,14	310,48
Dez/09 a dez/13	33,35	183,54	244,75
Dez/08 a dez/13	31,44	152,21	200,07
<b>Total atualizado</b>			<b>1.999,33</b>

taria utilizando o mesmo método que com as universidades estaduais? Registre-se que qualquer resposta a esta questão não deixa de ser muito interessante... Se a resposta for *sim*, a conclusão óbvia é a de que parte importante da capacidade pública instalada de ensino, pesquisa e extensão está sendo atacada; se a resposta for *não* é imperioso questionar: por que só as universidades estariam sendo vítimas desta política?

**Em tempo.** Muito embora o Fórum das Seis tenha protocolado em 28/3 suas reivindicações de data-base 2014 e insistido so-

bre a importância de iniciar as negociações o mais cedo possível (propusemos várias datas, ainda em abril), até agora o Cruesp dispôs-se apenas a agendar uma reunião para 12/5, após reunião das respectivas comissões técnicas em 8/5. Lutar na Assembleia Legislativa de São Paulo? Enfrentar o governador em defesa das universidades estaduais? A ver... Se a história é guia, a proposta da administração será apenas archo de salários e de verbas de custeio e manutenção das atividades fundamentais de ensino, pesquisa e extensão.

Aceitaremos isto?

# Democratizar é preciso. Lutar de modo unitário, idem!

Fruto da luta de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos, temos hoje uma programação de debate de ideias e propostas, aprovada pelo Conselho Universitário (Co), que poderá levar a uma transformação das relações sociais e do exercício de poder na USP. Como já enfatizado anteriormente, uma mudança na direção dos eixos históricos defendidos por Adusp, Sintusp, DCE e APG só se materializará se construirmos ações unitárias e de mobilização do corpo da universidade.

Parte importante da construção desta mobilização depende de nossa capacidade de propor diretrizes de ação política fundadas em eixos estruturantes e concepções que expressem as bases conceituais e o ideário de uma

universidade pública, autônoma, democrática, laica e socialmente referenciada.

Para participar de forma qualificada dos debates que serão travados na universidade, inclusive daqueles planejados pela Comissão Coordenadora (Caeco) eleita no Co do início de 2014, a diretoria da Adusp preparou e continuará a consolidar, a partir de resoluções estabelecidas em nossa história de luta local, estadual e nacional, propostas que conceituem visões integradoras e organizadas dos temas a serem enfrentados. Evidentemente, todo esforço será feito para que estes documentos políticos sejam amplamente discutidos pelo corpo da universidade. Que ninguém se engane: trata-se de um embate de projetos e necessitará mobilização de porte. Se a oligarquia que con-

trola a USP for deixada à vontade para decidir como será a estrutura da USP a partir de 2015, a (r)emen- da pode sair pior do que o soneto.

Neste 1º semestre, já está agendada uma sessão do Co para apresentação e discussão de três temas: Missão e Princípios da Universidade; Gestão, Transparência e Responsabilidade Fiscal; Ensino, Pesquisa e Extensão. Neste sentido, a diretoria da Adusp constrói, dentro dos parâmetros políticos e conceituais indicados anteriormente, documentos que sintetizam nossas concepções sobre estes três temas, com a perspectiva de apresentá-los na sessão do Co de 3/6. Dois desses documentos já estão consolidados e deverão ser submetidos às instâncias da entidade: o primeiro é uma proposta de concepção de Educação e Universidade Pública; o

segundo trata das atividades-fim da universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Entretanto, dada sua natureza e origem — o longo e frutífero debate de ideias e propostas do qual surgiram — consideramos adequado submetê-los, desde já, a ampla divulgação.

Convidamos todos a visitar nossa página [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br), onde estão disponíveis o texto sobre concepção de universidade (<http://bit.ly/1fzQ2Lh>) e o documento descrevendo os eixos fundamentais sobre Ensino, Pesquisa e Extensão (<http://bit.ly/1huB2Tb>). Proximamente, apresentaremos um documento sobre o tema Gestão e Transparência (“responsabilidade fiscal” lembra a lei de mesmo nome, que na realidade deveria chamar-se Lei de Irresponsabilidade Social).

## Razões várias da multa imposta a Rodas pelo TCE

Ao julgar as contas de 2011 da USP, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) declarou-as “irregulares”, e concomitantemente multou o principal dirigente da instituição naquele exercício, o então reitor J. G. Rodas, além de exigir do atual reitor Marco Antonio Zago uma série de providências corretivas. A mídia, ao noticiar o fato, destacou apenas uma das irregularidades identificadas pelo TCE: a existência de salários superiores ao do governador do Estado, em alguns casos por acúmulo indevido de cargos. Porém, a leitura atenta do relatório, datado de 15/4/2014, revela uma administração desordenada e recorrente em erros já apontados anteriormente pelo tribunal, como a inexistência de controle interno em diversas unidades, contratação de bens e serviços sem a devida licitação, falhas clamorosas nos processos de licitação e contratação.

Na conclusão do relatório de 157 páginas (<http://goo.gl/0TSNrB>), o TCE resume as principais irregularidades:

- “Dispensas/inexigibilidades de licitação em desacordo com os dispositivos da Lei 8.666/93 (art. 24, IV), tendo em vista que, no caso concreto, a situação de emergência decorreu de conduta desidiosa da própria USP Leste-

EACH”. A referência, aqui, é aos contratos firmados sem licitação com as empresas Servmar e Essencis, alegando-se emergência para resolver os problemas e riscos ambientais existentes no *campus* leste. O TCE, contudo, considera que se trata de “emergência fabricada”, na medida em que a USP conhece tais problemas desde 2004 e, apesar de sucessivamente notificada pela Cetesb, não tomou as providências necessárias para corrigi-los. A contratação direta da empresa Weber em 2014 é citada repetidas vezes nas p. 63 a 65, como exemplo de reiteração dessa prática na atualidade.

- “Depósito irregular de terras contaminadas, de origem desconhecida e sem autorização da Cetesb, em diversas áreas do *campus* da USP Leste, causando riscos à integridade física (vida e saúde) dos alunos e de todas as pessoas que lá transitam”;

- “Pagamento de remunerações acima do limite constitucional, em desacordo ao art. 37, XI e XVI, ‘b’, da Constituição Federal de 1988”;

- “Definição insuficiente de objeto licitatório, exigindo-se, ainda, apresentação de amostras de todos os licitantes em pregões (Esalq)”;

- “Despesas sem realização de procedimentos licitatórios, com

ausência de pesquisas prévias de preços, em afronta ao princípio da competitividade e da economicidade (Centro de Energia Nuclear na Agricultura [Cena]; Coordenadoria do *Campus* de São Carlos e Escola de Engenharia de Lorena)”;

- “Dispensas/inexigibilidades de licitação sem justificativa ou pesquisa de preços (Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais-Bauru; Fundo de Pesquisa do Museu de Zoologia e Fundo de Pesquisa do Museu Paulista)”.

**Recomendações.** Na visão do TCE, tais irregularidades configuram “infração aos mais importantes princípios constitucionais (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, igualdade, transparência, competitividade e economicidade), além dos princípios ambientais da precaução, prevenção e desenvolvimento sustentável”.

O Tribunal faz 27 recomendações à USP, entre as quais a “promoção de um controle mais apurado sobre os resultados orçamentários e financeiros, a fim de que o saldo originário das receitas próprias não seja acumulado anualmente, mas utilizado de forma efetiva, evitando inclusive superávit”. Mas a maioria das recomendações diz respeito a medidas

elementares dos processos de contratação, que a USP vem deixando de efetuar, por exemplo: “realização de planejamento efetivo, com definição clara e suficiente do objeto e dos prazos de execução, a fim de que sejam evitadas sucessivas e desnecessárias prorrogações de prazo”; “expedição de ordem de início dos serviços; publicação do contrato; elaboração de justificativa e de parecer jurídico, referentes aos termos de aditamentos”; “controle e planejamento dos gastos, evitando ... que sejam realizados pagamentos a diversos fornecedores, por intermédio de cheque único” (referência a surpreendente pagamento assim realizado no Cena!).

A multa a ser paga por J.G. Rodas é de 2.000 unidades fiscais do Estado (UFESP), isto é: R\$ 40.280. Ela se baseia no artigo 104 da Lei Complementar Estadual 709/93, que prevê a aplicação aos “responsáveis por: (...) II – ato praticado com infração à norma legal ou regulamentar”.

É bom registrar que a Adusp, cumprindo deliberação de Assembleia Geral, entregou ao reitor Zago, em audiência realizada em 21/3, a reivindicação de que a USP realize investigação imediata e detalhada de todas as contas da gestão Rodas, seguida de ampla divulgação dos resultados.

# IQ anula demissão de Ana Rosa Kucinski e pede desculpas à família da professora

“Em 22 de abril de 1974, Ana Rosa foi sequestrada, junto com seu marido, o físico Wilson Silva, e nunca mais foi vista. Sabe-se hoje que ela foi torturada e morta pelas forças de repressão do regime militar”. “Ana Rosa foi docente deste instituto. A violência contra ela, que também foi uma violência contra este instituto e contra esta universidade, não deve jamais ser esquecida”.

Pronunciadas por seu diretor, professor Luis Henrique Catalani, na tarde de 22/4, estas palavras anunciaram uma histórica mudança de posição do Instituto de Química (IQ) no tocante às graves injustiças cometidas pela Universidade de São Paulo contra a memória de Ana Rosa Kucinski.

Diante de mais de uma centena de convidados presentes a um dos corredores externos do IQ, em cerimônia carregada de emoção na qual foi inaugurado um memorial em homenagem à professora, Catalani prosseguiu: “Com a ajuda e o inestimável apoio da Comissão da Verdade da USP, a decisão equivocada e ainda incompreensível da Congregação de outubro de 1975 dispensando Ana Rosa por abandono de cargo foi revista na última reunião da Congregação do IQ, de 17 de abril de 2014, que, por unanimidade, declarou nula a decisão de 1975”.

Apesar da incansável luta de seus familiares, ao longo de décadas, para que fosse revista a dispensa por “abandono de cargo”, decidida quando já se sabia que o desaparecimento da professora estava relacionado a uma provável captura por órgãos de repressão, em razão de sua militância política (vide <http://goo.gl/NS5LGJ>), a Congregação do IQ vinha-se negando a reconhecer o erro, mesmo depois que a Reitoria anulou formalmente a demissão, em 1995.

## Exemplo de virtude.

“Num dos períodos mais sombrios da história recente do Brasil, a USP foi vitimada pelo estado de exceção, perdendo docentes, funcionários e alunos, seja pelo banimento, forçando-os ao exílio, ou pela detenção. Muitos desses detidos foram assassinados, e seu destino tem sido tema de constantes questionamentos da sociedade”, explicou o diretor.

“Ainda por unanimidade, a Congregação delegou a mim o de-



Diretor do IQ e vice-reitor descerram memorial em homenagem a Ana Rosa

ver de enunciar um pedido de desculpas à família por este equívoco, o que já foi feito por escrito, e que reitero em público, dirigido à pessoa de seu irmão, professor Bernardo Kucinski”, continuou Catalani. “Se não pelo perdão, mas pelo reconhecimento de que o IQ de hoje enxerga em Ana Rosa um exemplo de virtude na luta pela liberdade”, encerrou.

“Quando um governo ditatorial exila, elimina, mata e faz desaparecer inúmeras pessoas que eram gotas de um espírito revolucionário em meio a um oceano marcado por políticas e espíritos conservadores, ele torna-se responsável pelo atraso da ciência e da própria organização, profundamente desigual, da sociedade”, disse em seguida a professora Janice Theodoro da Silva (FFLCH), presidente em exercício da Comissão da Verdade da USP.

“Foi diante desta situação, arriscada e difícil, que Ana Rosa se posicionou optando por buscar, em movimentos revolucionários, soluções para o impasse que vivia o Brasil da década de 70. O monumento que inauguramos hoje fará sobreviver o nome de Ana Rosa Kucinski Silva, e da família Kucinski com sua fé inabalável na busca por justiça e liberdade, necessária para que o conhecimento e a crítica floresçam, frutos necessários para a manutenção de uma Universidade”.

**Coragem.** Também convidado a se manifestar, o deputado Adriano Diogo (PT), presidente da Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, lembrou que até hoje nenhum torturador foi punido. “A USP repõe uma parte da bio-

grafia de Ana Rosa. Seu corpo continua insepulto e o Estado brasileiro deve esta explicação”, afirmou.

“Nenhuma das pessoas que levavam os prontuários da USP à Oban foi punida”, disse o deputado, referindo-se à Operação Bandeirantes, centro de tortura mantido pelo Exército durante a Ditadura Militar, predecessor do DOI-CODI. “Grupos de extermínio existem até hoje nos batalhões da PM. Para que a Ditadura acabe definitivamente, os crimes dela têm de ser apurados”.

O vice-reitor Vahan Agopyan cumprimentou a Congregação pela decisão de rever o caso: “Este é um momento muito importante do IQ. A família merecia esta resposta. Temos de ter a coragem de descortinar o que ocorreu”, declarou em nome da Reitoria. Ele destacou o papel da Comissão da Verdade da USP e a importância de a sociedade manter viva sua memória: “É preciso haver a lembrança contínua das atrocidades cometidas, para que não voltem a ocorrer”.

“Não podemos esquecer de quem redigiu o AI-5 foi nosso reitor afastado [Gama e Silva], e a primeira universidade a sofrer os efeitos do AI-5 foi a USP, com o afastamento do saudoso vice-reitor Hélio Lourenço”, recordou Vahan.

**Atrocidades.** Convidado a falar, o professor Ciro Correia, presidente da Adusp, observou que a inauguração do memorial, precedida da “emblemática decisão” da Congregação do IQ de anular a de-



Professor Bernardo Kucinski, irmão de Ana Rosa, ao lado do memorial

missão da professora Ana Rosa, bem como os atos oficiais de homenagem do Estado brasileiro a Alexandre Vannucchi Leme, realizado em 15/3/13 no Instituto de Geociências, e a Alexander Ibsen Voeroes, realizado em 9/4/14 na Faculdade de Educação, “têm enorme importância numa sociedade que ainda não implementou efetivamente o resgate histórico de todas as atrocidades cometidas pelo Estado naquele período”.

Por esse motivo, assinalou, “colocamos estes eventos na perspectiva de que, a partir de agora, a universidade assumirá efetivamente a responsabilidade de buscar esclarecer tantos outros casos de docentes, estudantes e funcionários, perseguidos, excluídos dos seus quadros, ou até mesmo assassinados no período, como aqueles indicados no Caderno Especial da Revista Adusp 53, de outubro de 2012, intitulado ‘Subsídios para uma comissão da Verdade da USP’”.

Ciro frisou que a demissão de Ana Rosa foi “decidida pelo colegiado [Congregação do IQ] em 1975 por solicitação da Reitoria”, chamando atenção para a colaboração da administração da USP, à época, com os órgãos de repressão a serviço da Ditadura Militar.

# Audiência pública sobre USP Leste desnuda insensibilidade e intransigência da Reitoria

A audiência pública sobre a crise e as questões ambientais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), realizada na Assembleia Legislativa em 24/4, escancarou a frieza tecnocrática e a insensibilidade com as quais a Reitoria da USP vem conduzindo o caso, em detrimento de docentes, estudantes e funcionários técnico-administrativos da EACH e de um cronograma efetivo de medidas saneadoras. O vice-reitor Vahan Agopyan, representando o reitor, tergiversou quanto às críticas ao “gestor da crise”, professor Osvaldo Nakao; manifestou desinteresse por uma proposta de equacionamento da crise apoiada pelos deputados; e após interromper a explanação de uma docente da unidade, integrante da Congregação e diretora da Adusp, desdenhou das afirmações dela, provocando indignação.

Convocada pela Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, a audiência também mostrou uma atitude titubeante da Cetesb, cujo representante, o geólogo Elton Goelden, fez afirmações que minimizaram os riscos apontados antes pela própria agência ambiental em diversos documentos.

Compuseram a mesa, juntamente com Vahan, Goelden e o presidente da Adusp, professor Ciro Correia, os deputados Adriano Diogo (presidente da Comissão de Direitos Humanos), João Paulo Rillo, Carlos Neder e José Zico Prado, todos da bancada do PT. Também compareceram, mas permaneceram no plenário, o pró-reitor de Graduação, Antonio Carlos Ernandes, e Nakao, superintendente do Espaço Físico.

**Soluções?** Ao longo de quatro horas, o que se viu foi a Reitoria e a Cetesb apresentando mais uma vez dados incertos e promessas, enquanto a comunidade cobrava objetividade e um cronograma de ação. Logo no início, a professora Adriana Tufaile apresentou a atual situação da EACH, dirigindo-se especialmente aos calouros ali presentes que ainda não conheceram o *campus*, e apontou os locais onde foram encontrados contaminantes no solo.

O vice-reitor e o representante da Cetesb comportaram-se como se a contaminação do *campus* leste e

os riscos de explosão associada ao metano fossem meras hipóteses remotas. Vahan chegou a afirmar que, “se forem realmente localizadas [contaminações], nosso interesse é fazer daquilo objeto de estudo”, mas também admitiu que “a questão do solo pode ser muito mais grave do que estamos imaginando”. Goelden, por sua vez, comentou que os resultados apresentados pela USP demonstram concentrações baixas de contaminantes, que “não indicam um risco iminente ou uma situação de risco grave que necessite remover as pessoas de lá ou remover o solo amanhã”, mas emendou que “logicamente existe um problema, temos alguns contaminantes”.

O técnico procurou justificar a autorização dada pela Cetesb para implantação da EACH na área. A única condição dada pela Cetesb para a construção da USP Leste, garantiu, foi a implantação de um mecanismo de drenagem de metano, já que na ocasião o depósito de terra contaminada ainda não havia acontecido. A implantação de colchões drenantes possibilitou a autorização da obra, afirmou. Porém, como o sistema nunca foi colocado em funcionamento, testá-lo é uma das condições para a desinterdição do *campus*.

**Respeito.** Docentes e estudantes rebateram Vahan e Goelden e cobraram respeito à comunidade. Citaram não apenas as questões ambientais, mas também o chamado “Plano B” adotado pela Reitoria, que prejudica a realização das aulas, pela distância entre os *campi* que estão sediando os cursos, falta de estrutura adequada e de bibliotecas e laboratórios, o que inviabiliza as atividades de pesquisa e extensão. O processo disciplinar contra três estudantes que ocuparam a administração central da EACH em 2013, para exigir negociações com o então vice-diretor Edson Leite, também foi apresentado como um desrespeito àqueles que lutam por uma universidade melhor.

“A visão que a universidade tem de nós, que estamos mobilizados e somos professores, alunos e funcionários, é muito diferente do que a gente sente e do que a gente está fazendo de verdade. Nós estamos defendendo a USP, nós não estamos contra a USP!”, declarou



Vahan, Diogo, aluna Júlia Mafra e Neder

a professora Elizabete Franco.

O professor Ciro Correia ressaltou que é contrafactual tentar minimizar o risco de explosão no *campus*, diante de documentos como o laudo do engenheiro José Roberto Falconi, apresentado ao Ministério Público em fevereiro de 2014, que constata em um dos edifícios da EACH a presença de mistura metano-ar na faixa de inflamabilidade. Em relação aos processos, disse: “É preciso que a Universidade pare de ter um comportamento esquizofrênico entre aquilo que suas autoridades administrativas dizem e aquilo que a Procuradoria [Geral da USP] faz contra quem não merece ser atingido. Não chegou um oficial de justiça na porta do ex-diretor da unidade, não chegou um oficial de justiça para investigar quem foi beneficiado financeiramente com esse crime ambiental, mas por solicitação e iniciativa da Universidade, nos estudantes que fizeram parte da luta, chegou!”

Ciro enfatizou a importância de se encontrar solução que tenha lastro de credibilidade antes de ser adotada, o que pressupõe transparência da Reitoria. Ele propôs a realização de um seminário no qual a administração apresente quais medidas pretende adotar antes de assumir como solução um compromisso que não tenha sido tratado publicamente. Mesmo com a defesa dessa proposta pelos deputados presentes, o vice-reitor foi inflexível. Após citar expressamente o reitor, a comissão especial (“notáveis”) e ele próprio, Vahan, declarou: “Se estivermos convencidos”, disse, “de que há uma solução sem riscos para a comunidade, ela será implementada”.

**Convocação.** As acusações de Osvaldo Nakao aos professores da EACH (vide p. 5) foram ampla-

mente rebatidas e duramente criticadas na audiência. O deputado Carlos Neder afirmou que a vídeo com o pronunciamento foi exibido na Alesp em 23/4 e que, diante do desrespeito aos professores e também aos deputados, a Comissão de Direitos Humanos aprovou por unanimidade a convocação do reitor Marco Antonio Zago para depor a respeito do assunto. “Não se trata de um convite, é uma convocação!” afirmou Neder, explicando que o eventual não comparecimento do reitor implicaria crime de responsabilidade.

Várias pessoas manifestaram-se exigindo a substituição de Nakao, contra a qual o vice-reitor, contudo, prontamente se pronunciou: “É errado crucificar alguém por um erro”. Vahan declarou que a Reitoria tem “confiança” no atual dirigente da SEF e que ele merece “respeito”. O presidente da Adusp, então, contestou a posição do vice-reitor, lembrando que a questão é de natureza política, não envolve quaisquer considerações de ordem pessoal ou de desrespeito a Nakao: “Estarrece que a Reitoria não se dê conta disso”.

Os estudantes insistiram que não seria possível encerrar o evento sem que a Reitoria se comprometesse minimamente com três pontos: 1) marcar uma reunião com docentes, alunos e funcionários da EACH, 2) substituir Nakao enquanto interlocutor para as questões da EACH, 3) retirar os processos contra os estudantes.

Por fim, o vice-reitor se comprometeu a realizar uma reunião entre ele e a EACH, no lugar da reunião com o reitor, que já fora solicitada oficialmente e não atendida. Quanto aos processos, Vahan disse que não sabia deles, mas incumbiu o pró-reitor de Graduação, “que também não está a par”, de cuidar do assunto.

# Nakao nega contaminação da EACH e diz que docentes querem “melar o governador”

Após declarar que professores da unidade “são do PT” e querem usar estudantes “como massa de manobra”, dirigente da SEF desculpa-se

O professor Osvaldo Nakao, dirigente da Superintendência do Espaço Físico (SEF), foi oficialmente designado pelo reitor Marco Antonio Zago, desde o início da atual gestão, como “gestor da crise” da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). O reitor prometeu prioridade no encaminhamento das questões da unidade e a escolha de um responsável para cuidar do problema parecia sinalizar a seriedade das preocupações da Reitoria.

Apesar do antagonismo que logo se criou entre, de um lado, a conduta de Nakao — surpreendentemente, sempre empenhado em minimizar os riscos existentes no *campus* leste — e de outro lado o movimento de docentes, funcionários e estudantes, houve um grande esforço das categorias para manter um relacionamento cordial e franco com o titular da SEF.

Por essa razão, é chocante o teor de um vídeo divulgado em 13/4 no You Tube (<http://goo.gl/T7pm9B>), que reproduz fragmento de uma conversa sua com estudantes da EACH, gravada por um celular. Nakao volta a surpreender ao agir não como “gestor da crise”, mas sim como um quadro político disposto a combater os movimentos sociais por enxergar neles adversários do governo estadual, porta-dores de segundas intenções.

## “Massa de manobra”.

O vídeo reproduz uma conversa em ambiente agitado, no qual aparecem Nakao e estudantes. O diálogo reproduzido tem início com uma aluna, que acaba de receber o cartão de apresentações de Nakao, indagando: “Mas os professores falam que ‘tá’... (ou seja: a área da EACH está contaminada). Ao que Nakao responde: “Não! Isso é para usar vocês como massa de manobra”. Repe-



Professor Osvaldo Nakao, da SEF, na audiência de 24/4 na EACH (à direita, em primeiro plano)

Daniel Garcia

te com ênfase: “Usar vocês como massa de manobra”.

A aluna então pergunta: “Mas como assim? Por que os professores estão impedindo, então...?” Nakao responde antes que ela complete a frase: “Porque eles querem melar o governador, primeiro. Porque eles são do PT, do PCO, do movimento operário... Tá? Isso é a primeira coisa. E a segunda é que muitos deles querem voltar lá pra USP” (refere-se ao *campus* do Butantã).

## Intriga da oposição?

As declarações de Nakao ensejam que, de fato, a Reitoria não acredita nos riscos ambientais e nos riscos para a segurança (estes decorrentes da presença de gás metano no subsolo) existentes na EACH. Tudo se resumiria, como bem observou o estudante Gustavo Ramalho num comentário no You Tube, a uma “intriga da oposição”.

O destempero do superintendente do Espaço Físico desvelou o modo como a Reitoria da USP relaciona-se com o cabedal de informações já disponíveis sobre a EACH no âmbito das ciências ambientais e das geociências.

Ao negar que a unidade esteja contaminada, Nakao e a USP fazem tábua rasa de todo o conhecimento científico acumulado sobre o *campus* leste ao longo de mais de uma década, tanto por seu próprio corpo docente como pela Cetesb, pelo Ministério Público Estadual e pela Justiça.

“**Conversa tensa**”. Convidado pelo *Informativo Adusp* a comentar o episódio, Nakao pediu desculpas pelas “expressões inadequadas utilizadas naquele momento”, afirmando que não teve “intenção de ofender quem quer que fosse”. Na sua opinião, as declarações sobre a EACH “não devem ser retiradas do contexto de uma conversa tensa, em que o cansaço e o desgaste infelizmente acabaram prevalecendo”.

Segundo o professor, no dia 9/4, ao conversar, numa Fatec, com um grupo de alunas da EACH, “fui surpreendido por uma aluna que disse que a culpa de tudo era do governador e do reitor”.

Assim, alegou, “depois de todos os esforços desenvolvidos, em cerca de 60 dias de trabalho diuturno, para encaminhar a solução dos problemas que levaram à interdição do *campus* da USP Leste e paralelamente para encontrar espaços onde as atividades de ensino pudessem ocorrer evitando assim a perda do semestre letivo, essa provocação me fez momentaneamente mudar de conduta”.

“No encontro da Fatec, minha disposição foi tentar, como todo professor deve fazer, mostrar o outro lado. A opinião, a decisão, sempre deve ser autônoma, mas para isso não se pode ser ‘leitor de um livro só’. No contexto desse diálogo, ofereci o meu contato para que as alunas pudessem buscar as informações corretas por meio dos laudos e estudos existentes para só então tirar suas conclusões”.

“**Inaceitável**”. Na avaliação do professor Ciro Correia, presidente da Adusp, o episódio tem implicações graves e a justificativa apresentada pelo superintendente Nakao é inaceitável: “Infelizmente, o pronunciamento vai muito além de ‘expressões inadequadas’ no ‘contexto de uma conversa tensa’. Ele acusa indiscriminadamente os docentes de uma escola da USP de agirem com vieses partidários contra o reitor e o governador, diante de uma questão ambiental cuja gravidade e responsabilidade da USP e do governo são inequívocas, quando confrontadas com os motivos que levaram a justiça a determinar a interdição do *campus* leste e o MPE e o TCE a agirem para obter apuração de responsabilidades”.

Ainda no entender do presidente da Adusp, outra acusação feita por Nakao aos docentes também merece ser repelida: “Ele acusa ‘muitos docentes’ da EACH de estarem agindo com a intenção de ‘voltar para a USP’, revelando o conceito subliminar de que o *campus* da USP Leste não seria parte da universidade. Ou pior, colocando sob suspeição a dedicação e o empenho dos docentes daquela unidade, que desde sua implantação lutam contra toda sorte de arbitrariedades e adversidades para, com dedicação e idealismo, ali realizarem seu trabalho, motivados pela convicção da importância de que uma universidade pública como a USP esteja presente na região”.

**Colega, fortaleça seu sindicato, filie-se à Adusp em <http://bit.ly/1ruACiI>**

# Fundação privada continua a selecionar e contratar docentes da FMRP!

A contratação de 14 docentes da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) por uma fundação privada dita “de apoio”, a Faepa, que controla o respectivo Hospital das Clínicas (HCFMRP), foi revelada pela *Revista Adusp* 24, de dezembro de 2001. Em 2004, no GT Fundações criado pelo reitor Adolpho Melfi, a Adusp denunciou oficialmente esse fato, sem que a Reitoria tomasse qualquer medida corretiva.

Dez anos após a denúncia, a Faepa continua contratando docentes para a FMRP! O mais recente edital de contratação foi aberto em dezembro de 2013, para seleção de um “docente colaborador para a área de cancerologia clínica”, sob regime CLT, com a atri-

buição de desenvolver “atividades de ensino, pesquisa e assistência ... similares àquelas exercidas pelo corpo docente da USP, em RDIDP”; “atividades junto aos alunos de graduação da FMRP-USP, estagiários, alunos de pós-graduação, médicos residentes e médicos assistentes”.

Especificamente, o edital descreve as atividades a serem desenvolvidas na Divisão de Oncologia Clínica da FMRP-USP: na disciplina de graduação RCG0456-Oncologia Clínica; como colaborador em cursos de pós-graduação; na orientação didática e assistencial aos médicos residentes etc.

Embora informe que a jornada de trabalho “será de 40 horas semanais”, o edital adverte que em

“casos excepcionais, para os contratados com base nas prioridades institucionais [sic], devidamente justificados pelos chefes dos Departamentos interessados, com a devida aprovação de seus respectivos Conselhos, a jornada ... poderá ser reduzida, desde que observado o mínimo de 20 horas semanais, e a redução seja aprovada pelo Conselho Curador da Faepa. Nestes casos, os salários serão reduzidos na mesma proporção da jornada”.

Ainda conforme o edital: “Os contratados para o cumprimento de jornadas de 40 e de 28 horas semanais deverão assinar Termo de Compromisso com a Faepa, com cláusula de dedicação exclusiva às atividades a serem exercidas, por

força do presente programa e decorrentes de vínculo empregatício ou funcional com o HCFMRP”.

Um dos itens da agenda aprovada pela assembleia da Adusp de 19/3, e comunicada ao reitor na audiência de 21/3, consiste em “providências no sentido de que as fundações privadas ditas ‘de apoio’ deixem de utilizar o nome e o logo da USP, para divulgação de seus cursos pagos”. Na ocasião Zago comentou que “de fato excessos” deste tipo não podem ocorrer e cabe à Reitoria intervir nestes casos. Terceirizar para uma entidade privada o controle e contratações para o exercício do ensino e da pesquisa na USP é ainda mais grave. Com a palavra a Reitoria!

## Sai a Revista Adusp 56

As crescentes dificuldades dos Estados Unidos para manter seu Império; as guerras civis no mundo árabe (e a participação norte-americana); a natureza contraditória dos protestos de milhões, que sacudiram o país em 2013; os rumos do Brasil e o neodesenvolvimentismo lulista; os fundos de pensão e a luta de classes. O Simpósio Internacional da FFLCH, que debateu, em 2013, estas e outras grandes questões, deu margem a várias reportagens publicadas na *Revista Adusp* 56.

A edição 56 traz ainda entrevista do professor Romualdo Portela, da Faculdade de Educação da USP; reportagem sobre os colégios vocacionais criados na década de 1960



em São Paulo, antes do golpe; uma detalhada matéria sobre a mercantilização da pesquisa científica; e um balanço da gestão Rodas.

## Coronel deixa Superintendência de Segurança da USP e torna-se assessor do reitor

O coronel PM reformado Luiz de Castro Junior foi exonerado, “a pedido”, da Superintendência de Segurança da Reitoria da USP. Para substituí-lo no cargo, o reitor Marco Antonio Zago nomeou a professora e antropóloga Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (FFLCH). A troca de comando na Superintendência é um desdobramento da crise na Guarda Universitária, em razão da insatisfação dos guardas com as mudanças que vi-

nham ocorrendo desde 2012, quando a gestão Rodas colocou vários coronéis PM à frente do setor (*Informativo Adusp* 379, <http://goo.gl/FZSkz4>).

Castro permanece na USP, porém. Na mesma edição do *Diário Oficial do Estado* de 15/4 que publicou sua exoneração, o reitor o nomeia “para responder pela função de Assistente Técnico de Gabinete II, junto à Reitoria da Universidade de São Paulo”.

## “Para Virar a USP do Avesso”, chapa de situação, vence as eleições do DCE

Entre os dias 8, 9 e 10/4 foram realizadas eleições para o Diretório Central dos Estudantes da USP (DCE Livre “Alexandre Vannucchi Leme”). Oito chapas concorreram: a vencedora, com 4.991 votos, 48% do total, foi “Para Virar a USP do Avesso”, herdeira da gestão 2013, “Não Vou me Adaptar”.

A chapa conservadora “USPnova” ficou em segundo lugar, com 2.405 votos, seguida por “Compor e Ouvir” com 2.073 votos, “Maré Laranja” (386 votos), “Território Livre” (180 votos), “Para Fazer a Diferença” (85 votos), “Frente Poder Estudantil” (46) e “Autonomia Universitária: Fora Zago! Fora PM!” (29 votos). Brancos e nulos somaram 168 votos e o quórum total das eleições foi de 10.401 votos.

Para inteirar os estudantes das diferenças entre as chapas e também para conscientizá-los da necessidade de participação das eleições, foram realizados debates em várias unidades da USP, inclusive nos campi do interior. O principal

ponto de divergência entre as chapas residiu nas propostas de democratização da universidade. A chapa vencedora defende eleições diretas para Reitor, respeitando-se a paridade entre as três categorias que compõem a universidade.

Outros temas levantados pela chapa vencedora são a crise orçamentária da USP, a situação da EACH, cotas raciais e sociais, permanência estudantil e desmilitarização da segurança do *campus*. Posicionam-se contra os cortes de verba, principalmente nas políticas de permanência estudantil, exigem transparência nos gastos, abertura das contas e o fim das regalias da Reitoria. Pedem também a investigação e punição dos responsáveis pelos problemas ambientais do *campus* leste, assim como mais investimentos para aqueles cursos.

O mandato da gestão eleita encerra-se no fim de 2014, quando serão realizadas novas eleições. A greve estudantil deflagrada em 1/10/13 impossibilitou a realização das eleições ainda em 2013.